

# EM DEBATE

OPINIÃO PÚBLICA E  
CONJUTURA POLÍTICA

Um Periódico do Grupo de Pesquisa "Opinião Pública:  
Marketing Político e Comportamento Eleitoral"

Ano 2 - N.11  
Novembro de 2010  
ISSN: 2176-4883



**DOSSIÊ**

## ELEIÇÕES 2010: O BRASIL QUE SAIU DAS URNAS

Carlos Augusto Souza  
Fabiano Santos  
Pedro Ribeiro  
Helcimara Telles  
Carlos Ranulfo

**Opinião**

Cloves Luiz Pereira Oliveira

**Resenha**

Kátia Ferreira Gontijo



## A VITÓRIA DA DEMOCRACIA

*The Democracy's victory*

Carlos Augusto da Silva Souza

*Universidade Federal do Pará – UFPA*

✉ carlossouza@ufpa.br

A vitória de Dilma Rousseff na eleição de 2010, além do marco histórico que representa de ser a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente da República do Brasil, parece indicar que a sociedade brasileira, principalmente a parcela representada pelos mais pobres, deseja a continuidade de um projeto político que tem na distribuição de renda e na inclusão social um dos seus eixos de sustentação. A vitória de Dilma, cuja campanha pautou-se claramente na manutenção e ampliação de programas sociais, significou a confiança de 56% do eleitorado brasileiro.

Além disso, o bom momento econômico vivido pelo país, cuja estimativa de crescimento para 2010 é de 7,5%, também penderam positivamente para Dilma, que herdou uma avaliação positiva da gestão de seu principal cabo eleitoral, o presidente Lula, que deve terminar seu mandato com índices de aprovação recordes, que ultrapassam a marca dos 80%.

Por outro lado, no campo das decisões legislativas, o eleitorado ofereceu a Dilma melhores condições de governabilidade, permitindo o crescimento da bancada governista no Congresso Nacional, o que possibilita à nova presidente maior capacidade de negociação com o Legislativo e maiores facilidades na aprovação de matérias de interesse do governo.

Neste sentido, o Brasil que saiu das urnas parece consolidar um sistema de governo que tem na vontade popular e na inclusão social sua expressão mais significativa. A geografia das urnas demonstra claramente que Dilma venceu com o aval da parcela mais pobre da população brasileira. No Nordeste, por exemplo, que se constitui na região mais beneficiada com os programas de transferência de renda, Dilma venceu em todos os Estados, com uma votação em torno de 70%

dos votos válidos. O mesmo ocorreu em municípios e áreas pobres de outras regiões e estados do Brasil.

A teoria política que em minha opinião melhor expressa os resultados eleitorais das últimas décadas é, sem dúvida, a teoria da escolha racional. Segundo esta teoria, em contextos democráticos, os eleitores desenvolvem um comportamento racional e tomam decisões a partir de uma avaliação sobre a variação de seu bem estar ao longo do tempo. Por esta razão, os indivíduos votam no candidato ou partido que ele acredita lhe proporcionará mais benefícios do que qualquer outro. A teoria da escolha racional tende a enfatizar a racionalidade da decisão do eleitor, que é capaz de reconhecer seus interesses e, em função disto, escolhe o candidato ou partido que está mais sintonizado com as suas rendas de utilidade.

Desta forma, a vitória de Dilma pode ser interpretada como a vontade do cidadão mais pobre em dar continuidade a um projeto político mais distributivista e mais inclusivo socialmente, que consiga reduzir a desigualdade e diminuir a situação de “*apartheid social*” que historicamente foi submetida a grande parte da população brasileira.

O Brasil em sua trajetória republicana, de certa forma, sempre bloqueou a construção de um sistema político verdadeiramente democrático que representasse as aspirações e os desejos da maioria da sociedade. O processo de modernização capitalista brasileiro ao longo do século XX construiu um projeto de representação que reproduzia os interesses das elites, estabelecendo práticas clientelistas, corporativas, sem institucionalidade verdadeiramente democrática e sem participação verdadeiramente popular.

Num ensaio publicado em 1967, Carlos Nelson Coutinho já evidenciara que ao longo da história republicana brasileira a capacidade do povo em ser protagonista de mudanças sempre foi amputada pelos interesses de elites, muitas delas atrasadas, sem compromisso democrático e sem interesse em conduzir os rumos do país através da manifestação da vontade popular a partir do voto.

No Brasil, a modernização produtiva conferida pelo desenvolvimento do capitalismo industrial ao longo do século XX não permitiu, na mesma proporção, a incorporação do cidadão comum no exercício do poder. A sociedade urbanizou-se profundamente ao longo do tempo, possibilitando maior concentração de pessoas nos espaços das cidades. Isto poderia indicar maior grau de organização e participação dos indivíduos nas estruturas de poder, entretanto, as elites, de certa forma, com arranjos políticos, manobras institucionais e com a utilização do aparelho repressivo do Estado, sempre retardaram a ocupação efetiva do papel do cidadão no exercício democrático. Dessa forma, o Estado, que deveria ser público, foi em grande medida privatizado.

Durante nosso passado republicano, o país passou por nove grandes transformações políticas com importantes impactos na estrutura política/social, entretanto, poucas vezes o agente dessas mudanças foram os cidadãos através do voto. Em grande parte de nossa história republicana, sempre que a camada mais pobre da sociedade ganhava algum tipo de espaço político através do sistema eleitoral, as elites conservadoras, através de manobras antidemocráticas, amputavam o livre exercício do direito de escolha<sup>1</sup>.

Apesar da longevidade do sistema republicano brasileiro, nesta última eleição, os brasileiros puderam escolher pela sexta vez consecutiva o chefe da nação. Em nenhuma outra etapa de nossa história os cidadãos puderam eleger seu governante tantas vezes sem interrupção. Sempre que o cidadão, ao participar do processo de escolha, legitimava representantes que contrariavam interesses de grupos oligárquicos, os golpes e contragolpes eram utilizados como forma de “virar o jogo” a favor das elites. A repetição do ato de votar é fundamental para a consolidação democrática, porque acaba criando uma pressão por mudança. Com a experiência, o eleitor aprende a distinguir os partidos e candidatos comprometidos com seus interesses e acaba rejeitando políticos sem compromisso social. Como consequência, diminui o poder das elites em impor políticas públicas particularistas.

Atualmente, sobre pressão dos cidadãos, tem melhorado sensivelmente o poder de fiscalização e cobrança dos indivíduos sobre aqueles a quem elegem. Até os anos 80 era extremamente difícil acompanhar o comportamento do político na sua relação com a coisa pública. Era impossível, por exemplo, checar como um governador gastava o dinheiro público. Com a modernização do sistema de informação, conferida pela informática, e com a atualização da legislação, os eleitores conseguiram ter acesso a muitas informações que antes ficavam escondidas. Hoje, o custo da corrupção e do personalismo ficou mais alto. É mais fácil distinguir os políticos que trabalham em prol da sociedade daqueles que trabalham visando interesses próprios. Com a massificação dos instrumentos de comunicação, o eleitor tornou-se mais informado e mais consciente das possibilidades da política. Na democracia que foi construída a partir da década de 1990 se tornou cada vez mais difícil excluir o cidadão comum da vida pública.

Acredito que o resultado das urnas, não apenas no caso da vitória de Dilma, mas considerando as últimas eleições, represente a resposta da sociedade, que hoje dispõe de um diagnóstico mais consciente da capacidade de

---

<sup>1</sup> A amputação do direito do cidadão comum em participar da formação do poder político ocorreu em vários períodos da vida republicana brasileira, notadamente durante O Estado Novo (1937 a 1945) e Ditadura Militar (1964 a 1985).

transformação do voto e quais os interesses e programas defendidos pelas agremiações partidárias. Em consequência, surge um Estado mais conectado com a diversidade social e uma sociedade mais disposta a reagir contra a exclusão social e a concentração da riqueza nas mãos de poucos. O Brasil que está saindo das urnas nas últimas décadas é fruto de uma nova relação entre o Estado e a sociedade que tem por base o fortalecimento da democracia, conferindo ao cidadão seu lugar efetivo na arena política.

### **Referências Bibliográficas**

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Literatura e humanismo. Ensaios de crítica marxista*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1967.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As possibilidades da política? Idéias para a reforma democrática do Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

DAHL, Robert. *Um prefácio a teoria democrática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.